



## AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

## Termo de Referência

PREGÃO Nº ...../2022  
(Processo Administrativo n.º 50300.005021/2022-29)

## 1. DO OBJETO

1.1. Contratação de **empresa especializada visando a realização de pesquisa de satisfação dos usuários da navegação interior longitudinal de passageiros e misto, por meio de entrevistas presenciais**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. Essa pesquisa visa conhecer a opinião dos usuários das empresas autorizadas pela ANTAQ para prestação de serviço de transporte de passageiros e de serviço de transporte misto na navegação interior de percurso longitudinal interestadual e internacional, que é o serviço de transporte realizado ao longo de rios, lagos e canais, em percurso interestadual ou internacional, entre portos dos Estados da Federação e entre o Brasil e países vizinhos, quando portos nacionais e internacionais integrem vias fluviais comuns. O transporte misto é o transporte de passageiros e de cargas na mesma embarcação, realizado nas condições estabelecidas nas Normas da Autoridade Marítima para Embarcações Empregadas na Navegação Interior – NORMAM 02, da Diretoria de Portos e Costas-DPC da Marinha do Brasil, CAPÍTULO II - Das Disposições Preliminares.

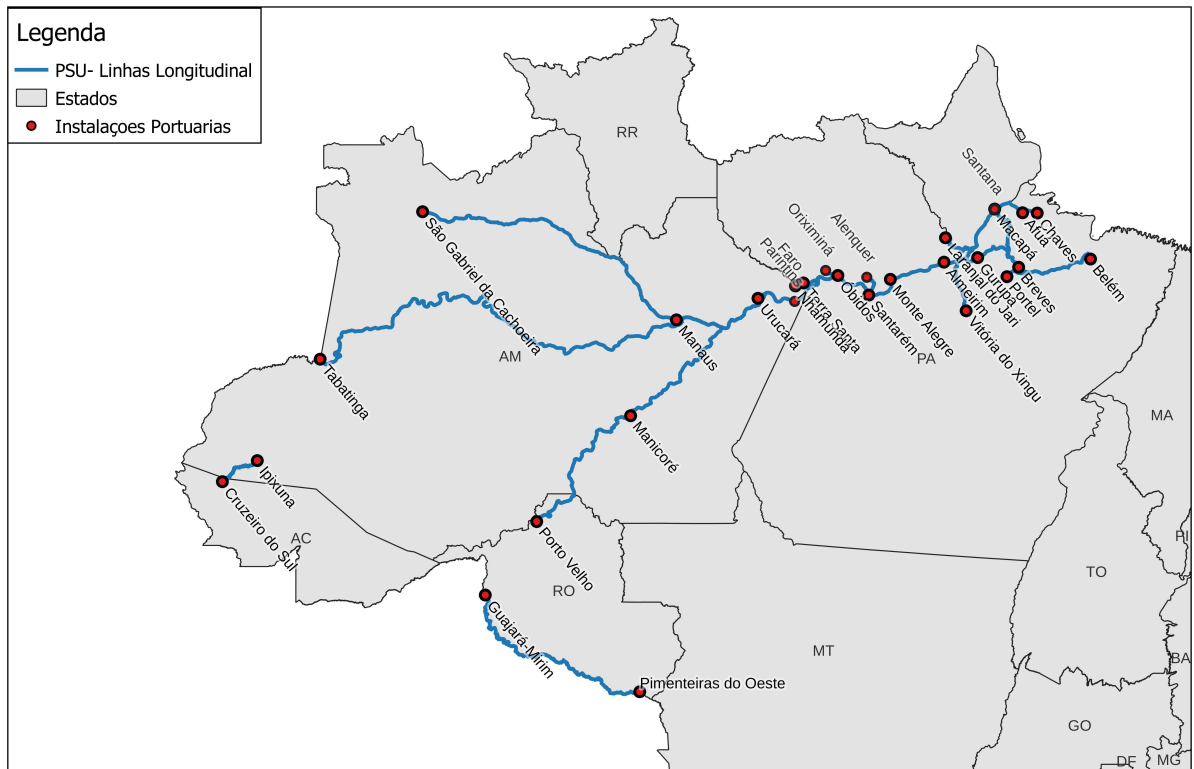
1.1.2. Em síntese a pesquisa consiste na realização de 6.292 entrevistas presenciais com usuários de 105 empresas de navegação que operam em 34 linhas na navegação longitudinal na Região Amazônica.

Quadro 1 - Quantitativos e estimativas que comporão a licitação.

Item	Linhas	Empresas	Total de Entrevistas	Custo Estimado por Entrevista (R\$/entrevista)	Custo Total Estimado (R\$)
01	34	105	6.292	68,61	431.694,12

1.1.3. As linhas de navegação, objeto da pesquisa, estão localizadas na Região Amazônica e representadas no desenho a seguir:

## PSU - Longitudinal



1.1.4. A descrição das linhas, o número de empresas brasileiras de navegação (EBN) que operam em cada linha, o número de entrevistas a serem realizadas em cada linha e a distância estimada entre os terminais de origem e destino das linhas de navegação objeto da pesquisa estão relacionadas no quadro a seguir:

**Quadro 2 - Quantidade de empresas (EBN) e entrevistas por linha de navegação longitudinal e distância entre terminais extremos**

#	Linha de Navegação	Nº EBN/Linha	Nº Entrevistas	Distância O/D (km)
1	Belém (PA) / Laranjal do Jari (AP) / Belém (PA)	1	88	714
2	Belém (PA) / Santana (AP) / Belém (PA)	5	264	486
3	Chaves(PA) / Macapá(AP) / Chaves(PA)	1	44	150
4	Cruzeiro do Sul (AC) / Ipixuna (AM) / Cruzeiro do Sul (AC)	1	132	286
5	Guajará-Mirim (RO) / Pimenteiras do Oeste (RO) / Guajará-Mirim (RO)	2	129	963
6	Macapá (AP) / Afuá (PA) / Macapá (AP)	2	220	113
7	Macapá (AP) / Chaves (PA) / Macapá (AP)	5	216	150
8	Macapá (AP) / Portel (PA) / Macapá (AP)	5	258	348
9	Manaus (AM) / Alenquer (PA) / Manaus (AM)	3	132	845
10	Manaus (AM) / Belém (PA) / Manaus (AM)	5	264	1.626
11	Manaus (AM) / Faro (PA) / Manaus (AM)	1	44	651
12	Manaus (AM) / Monte Alegre (PA) / Manaus (AM)	4	176	862
13	Manaus (AM) / Óbidos (PA) / Manaus (AM)	2	88	639
14	Manaus (AM) / Oriximiná (PA) / Manaus (AM)	1	132	667
15	Manaus (AM) / Porto Velho (RO) / Manaus (AM)	3	344	1.226
16	Manaus (AM) / Santarém (PA) / Manaus (AM)	11	704	769
17	Manaus (AM) / São Gabriel da Cachoeira (AM) / Manaus (AM)	4	160	989
18	Manaus (AM) / Tabatinga (AM) / Manaus (AM)	22	1077	1.856
19	Manaus (AM) / Terra Santa (PA) / Manaus (AM)	4	172	623
20	Nhamundá(AM) / Santarém(PA) / Nhamundá(AM)	1	44	292
21	Parintins (AM) / Faro (PA) / Parintins (AM)	1	44	193
22	Parintins (AM) / Juruti (PA) / Parintins (AM)	1	44	92
23	Parintins (AM) / Terra Santa (PA) / Parintins (AM)	3	130	166
24	Porto Velho (RO) / Manicoré (AM) / Porto Velho (RO)	3	130	601
25	Santana (AP) / Breves (PA) / Santana (AP)	5	308	225
26	Santana (AP) / Gurupá (PA) / Santana (AP)	1	43	230
27	Santana (AP) / Vitória do Xingu (PA) / Santana (AP)	5	215	371
28	Santarém (PA) / Faro (PA) / Santarém (PA)	1	42	289
29	Santarém (PA) / Laranjal do Jari (AP) / Santarém (PA)	1	44	545
30	Santarém (PA) / Nhamundá (AM) / Santarém (PA)	2	84	292
31	Santarém (PA) / Parintins (AM) / Santarém (PA)	2	86	312
32	Santarém (PA) / Santana (AP) / Santarém (PA)	7	308	529
33	Santarém (PA) / Terra Santa (PA) / Santarém (PA)	1	82	261
34	Urucará (AM) / Faro (PA) / Urucará (AM)	1	44	333
	<b>Total</b>	<b>117</b>	<b>6.292</b>	

Observação: Algumas EBN operam em mais de uma linha de navegação.

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum, não continuado, de que trata a Lei nº 10.520/2002 e o Decreto nº [10.024/2019](#) haja vista que os padrões de desempenho, qualidade e as características gerais e específicas de suas prestações são as usuais do mercado e passíveis de descrições sucintas, podendo, portanto, serem licitadas por meio de Pregão.

1.3. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global. O código do serviço a ser contratado, conforme o Catálogo de Serviços (Catsr) do Sistema de Serviços Gerais (Sisg) é: 15342 (Pesquisa / Estudos de Dados Estatísticos).

1.4. O contrato terá vigência de **180 (cento e oitenta) dias**, com início na data de assinatura do contrato, **podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias** nos termos do artigo 57, § 1º, da Lei n. 8.666, de 1993.

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum, não continuado, cujo objeto possui escopo definido e entrega integral a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. O principal requisito é que a entidade executora possua capacidade técnica e operacional para cumprir com os objetivos e prazos de uma pesquisa do porte pretendido e apresente atestado de capacidade técnica que comprove a realização de pesquisas de satisfação presenciais, de porte semelhante (ao menos 2.098 entrevistas, que corresponde a 1/3 do total e à quantidade que compõe cada um dos relatórios parciais), utilizando equipamentos eletrônicos de coleta. A empresa deverá comprovar a capacidade técnica de realizar entrevistas presenciais (face a face) com auxílio de equipamentos eletrônicos de coleta (*tablets*, *smartphones* ou similares) e aplicativo (software) com customização do formulário, incluindo sistema de localização do pesquisador, por meio de coordenadas geográficas (GPS com erro máximo de 50 (cinquenta) metros), de gravação da entrevista e de transmissão automática dos dados coletados ao final de cada entrevista, ou em lote ao final do dia.

5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

## 6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Não incidem critérios de sustentabilidade na presente licitação, conforme justificativa abaixo:

6.1.1. A pesquisa (coleta de informações em campo) constitui atividade de baixíssimo impacto ambiental. Ainda assim, serão observados critérios que minimizem esse impacto, como o emprego de "*tablets*" como instrumento de coleta de dados, eliminando a utilização de formulários impressos em papel e evitando, dessa forma, não apenas o consumo de papel como o eventual descarte de formulários não usados ou rasurados nos terminais ou embarcações.

## 7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

### 7.1.1. FASE 1 – PLANEJAMENTO DA PESQUISA

7.1.1.1. Elaboração do Plano de Trabalho – descrição detalhada de todas as tarefas necessárias à realização da pesquisa, incluindo as atividades preliminares, a coleta de dados em campo e os trabalhos posteriores;

7.1.1.2. Realização da Pesquisa Piloto – pré-teste em linha de navegação indicada pela Antaq para avaliar a adequação do questionário, forma mais indicada para a realização das entrevistas e teste do aplicativo e dos dispositivos eletrônicos a serem utilizados na coleta de dados, a disponibilidade e qualidade da internet e a transmissão das informações coletadas em tempo real (*on line*) e em blocos em momento posterior à entrevista (*off line*), bem como o sistema de gerenciamento de banco de dados da Contratada que armazenará todos os dados coletados e permitirá acesso à Antaq para consulta e extração de relatórios;

7.1.1.3. Elaboração do Manual do Entrevistador – cartilha contendo instruções básicas a ser utilizada no treinamento dos entrevistadores;

7.1.1.4. Seleção e treinamento dos entrevistadores e supervisores;

### 7.1.2. FASE 2 – COLETA DE DADOS EM CAMPO

7.1.2.1. Realização das entrevistas conforme cronograma previamente aprovado pela Antaq. Essa é a fase mais longa da pesquisa e que será acompanhada, sempre que possível, por servidores da Antaq.

7.1.2.2. Emissão de Relatório de Ocorrências – periodicamente ou ao término da pesquisa em cada linha, a Contratada emitirá um relatório circunstanciado descrevendo todas as ocorrências havidas durante o trabalho de campo, dificuldades para a realização dos trabalhos, dificuldades de comunicação, eventuais problemas nos contatos com empresas, com entrevistadores, as soluções adotadas em cada um dos casos, até ocorrências de força maior que impactaram no trabalho.

7.1.2.3. Monitoramento dos dados coletados – durante toda a fase de coleta a CONTRATADA franqueará a Antaq acesso remoto ao seu sistema de armazenamento de dados de modo a possibilitar a realização de consultas e extração de dados para uma primeira análise dos dados coletados.

7.1.2.4. Avaliação e aprovação de relatórios parciais - a CONTRATADA enviará arquivos eletrônicos (.CSV ou .XLS) contendo lotes de entrevistas realizadas para análise e inspeção da qualidade por amostragem pela Antaq, que rejeitará os lotes que apresentarem defeitos críticos;

### 7.1.3. FASE 3 - APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

7.1.3.1. Concluída a fase de coleta, análise e tratamento dos dados e sanados eventuais problemas, a Contratada apresentará o Relatório Final da pesquisa com análise dos dados e apresentação de estatísticas descritivas relativas às variáveis do questionário.

**Quadro 3: Etapas de Execução do Contrato**

FASE	ETAPAS DE EXECUÇÃO
Planejamento da Pesquisa	Elaboração do Plano de Trabalho
	Reunião para apresentação do Plano de Trabalho
	Avaliação do Plano de Trabalho (GDE)
	Ajustes e aprovação do Plano de Trabalho
	Desenvolvimento e aprovação do sistema de coleta e transmissão de dados
	Elaboração e apresentação do Manual de Treinamento
	Seleção e treinamento dos entrevistadores
Coleta e Processamento dos Dados	Realização do pré-teste
	Coleta e processamento de dados (1ª Etapa)
	Tabulação e realização de auditorias e testes de consistência das informações coletadas (1ª Etapa)
	Tratamento da base de dados resultante da pesquisa de campo (1ª Etapa)
	Elaboração e envio de relatório parcial de execução da coleta e processamento de dados (1ª Etapa), contendo a descrição das ocorrências durante o período, incluindo o relato das

	atividades desenvolvidas e eventualidades, como problemas, erros, soluções encontradas e alterações ocorridas no plano original de execução.
	Avaliação e aprovação do Relatório Parcial (GDE)
	Coleta e processamento de dados (2ª Etapa)
	Tabulação e realização de auditorias e testes de consistência das informações (2ª Etapa)
	Tratamento da base de dados resultante da pesquisa de campo (2ª Etapa)
	Elaboração e envio de relatório parcial de execução da coleta e processamento de dados (2ª Etapa), contendo a descrição das ocorrências durante o período, incluindo o relato das atividades desenvolvidas e eventualidades, como problemas, erros, soluções encontradas e alterações ocorridas no plano original de execução.
	Avaliação e aprovação do Relatório Parcial (GDE)
	Coleta e processamento de dados (3ª Etapa)
	Tabulação e realização de auditorias e testes de consistência das informações (3ª Etapa)
	Tratamento da base de dados resultante da pesquisa de campo (3ª Etapa)
	Elaboração e envio de relatório parcial de execução da coleta e processamento de dados (3ª Etapa), contendo a descrição das ocorrências durante o período, incluindo o relato das atividades desenvolvidas e eventualidades, como problemas, erros, soluções encontradas e alterações ocorridas no plano original de execução.
	Avaliação e aprovação do Relatório Parcial (GDE)
	Elaboração do Relatório Final com avaliação da base de dados e apresentação das estatísticas descritivas
	Reunião de apresentação do relatório final e do banco de dados consolidado
Apresentação do Resultado	Avaliação do Relatório Final (GDE)
	Ajustes e entrega do Relatório Final e do Banco de Dados consolidado

7.2. O prazo de execução dos serviços será de **180 (cento e oitenta) dias**, com início **a partir da assinatura do contrato**, e seguirá o seguinte cronograma

**Quadro 4: Cronograma Físico-Financeiro**

Produto	Dias a partir da assinatura do contrato / % de desembolso						
	30	30	90	120	150	180	
Produto 1 - Entrega e apresentação do Plano de Trabalho	0 %						
Produto 2 – Relatório com a análise dos resultados do Pré-Teste (incluindo eventual adequação do questionário e do sistema de coleta de dados)		5%					
Produto 3 - Relatório Parcial da 1ª Etapa (1/3 dos questionários totais previstos), contendo a descrição das ocorrências durante o período, incluindo o relato das atividades desenvolvidas e eventualidades, como problemas, erros, soluções encontradas e alterações ocorridas no plano original de execução, assim como a base de dados coletados em formato .CSV ou .XLS			20%				
Produto 4 - Relatório Parcial da 2ª Etapa (2/3 dos questionários totais previstos), contendo a descrição das ocorrências durante o período, incluindo o relato das atividades desenvolvidas e eventualidades, como problemas, erros, soluções encontradas e alterações ocorridas no plano original de execução, assim como a base de dados coletados em formato .CSV ou .XLS.				20%			
Produto 5 - Relatório Parcial da 3ª Etapa (totalidade dos questionários previstos), contendo a descrição das ocorrências durante o período, incluindo o relato das atividades desenvolvidas e eventualidades, como problemas, erros, soluções encontradas e alterações ocorridas no plano original de execução, assim como a base de dados coletados em .formato .CSV ou .XLS					25%		
Produto 6 - Relatório Final e Banco de Dados final em formato .CSV ou .XLS						30%	
<b>Total</b>							<b>100%</b>

7.2.1. O prazo de vigência do contrato pode ser prorrogado por interesse das partes **até o limite de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias**, face a possibilidade de intercorrências e atrasos devidos a eventos climáticos (temporais, secas, excesso de chuvas, alagamento), sazonais (férias, festejos, etc) ou agravamento da pandemia do COVID-19 que possam interferir no desenvolvimento dos trabalhos de campo.

#### 8. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

8.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

8.1.1. Realização de entrevistas presenciais (face a face) com usuários das linhas e empresas definidas pela Antaq;

8.1.2. Cumprimento do quantitativo de entrevistas definido no Plano Amostral, realizando o número mínimo de entrevistas por Empresa Brasileira de Navegação - EBN em operação na linha de navegação longitudinal, conforme estipulado no Plano Amostral (**ANEXO I**);

- 8.1.3. Utilização do instrumento de coleta (questionário) a ser aplicado nas entrevistas, conforme modelo que consta no **ANEXO II**.
- 8.1.3.1. O questionário será reavaliado por ocasião da pesquisa piloto e poderá sofrer alterações consideradas necessárias para garantir resultados mais fidedignos.
- 8.2. **Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá:**
- 8.2.1. Apresentar o planejamento da operacionalização das atividades e disponibilizar previamente as datas de aplicação das entrevistas, encaminhando o nome e telefone do entrevistador designado, de modo a garantir plena possibilidade de fiscalização por parte da Antaq;
- 8.2.2. Coletar as informações por meio de equipamentos eletrônicos portáteis capazes de fazer o registro e tratamento básico do questionário, cujo software implementado possa identificar e registrar as coordenadas geográficas do local da entrevista (GPS com erro máximo de 50 (cinquenta) metros sem intervenção do operador (digitação));
- 8.2.2.1. O equipamento eletrônico deverá ser capaz de salvar os dados ao término de cada entrevista e enviá-los automaticamente ao banco de dados da CONTRATADA, ou, nos casos de limitação de acesso à internet no local da entrevista, transmiti-los posteriormente assim que houver sinal de internet, em um prazo máximo de 5 (cinco) dias, possibilitando o exercício de ampla e rigorosa fiscalização da atividade.
- 8.2.3. **Disponibilizar de software que garanta:**
- a) A crítica imediata e automática no momento em que os dados são coletados, possibilitando a identificação de inconsistências, como casos de marcação de duas ou mais opções de respostas previamente definidas como incompatíveis, e correção da informação no ato da entrevista;
  - b) O preenchimento de todos os quesitos obrigatórios, evitando a não resposta por esquecimento ou erro do entrevistador;
  - c) O registro da hora exata em que se iniciou a entrevista e a hora em que foi finalizada, permitindo a averiguação do tempo de resposta ao questionário, além da identificação do equipamento-cliente e do número do lote de entrevistas;
  - d) O registro de coordenadas geográficas do local de abertura do questionário, as quais permitirão o acompanhamento do andamento da coleta de dados, propiciando um melhor gerenciamento do trabalho, principalmente nos casos em que for necessária a adoção de medidas corretivas durante a coleta;
  - e) A gravação do diálogo entrevistador/usuário. O arquivo com as gravações será mantido pela CONTRATADA até o final da pesquisa e será utilizado pela Antaq para fins de auditoria das entrevistas realizadas.
  - f) A gravação dos dados coletados no equipamento de modo a permitir a transmissão em momento posterior ao das entrevistas, caso não se consiga enviá-los de forma automática ao fim de cada entrevista;
  - g) A segurança dos sistemas e a inviolabilidade das bases de dados.
- 8.2.4. Realizar a pesquisa obedecendo às regras de gentileza e atenção ao entrevistado;
- 8.2.5. **Arcar com os custos das passagens dos entrevistadores.**
- 8.2.6. Designar para cada linha de navegação equipes contendo, no mínimo, 01 (um) supervisor de campo e 01 (um) entrevistador.
- 8.2.7. Realizar auditoria e testes de consistência das informações coletadas, bem como corrigir eventuais falhas ou distorções de modo a garantir a qualidade dos dados;
- 8.2.8. Repetir, complementar ou substituir as entrevistas nas quais sejam detectados problemas pelo responsável pela supervisão dos resultados da pesquisa na Antaq, sendo que a repetição ou complementação de entrevistas deve ser realizada por entrevistadores diferentes daqueles que realizaram as entrevistas rejeitadas.
- 8.2.9. Concluir a coleta de dados no prazo definido no Plano de Trabalho aprovado pela Antaq;
- 8.2.10. Estruturar e formatar os arquivos contendo as informações coletadas a serem enviados à Antaq em padrão previamente apresentado e aprovado pela Agência.
- 8.2.11. Registrar todas as ocorrências havidas durante o processo de coleta de dados emitindo periodicamente relatório circunstanciado, qualificado e ilustrado com fotografias sempre que necessário.
- 8.2.12. Comunicar à Antaq imediatamente, em relatório, eventuais divergências em relação aos arquivos já enviados à Antaq, devido a ações para qualificação do dado gravado ou outras alterações na base da CONTRATADA;
- 8.2.13. Disponibilizar atendimento para verificação de problemas e ajudar a resolver pendências nos arquivos eletrônicos enviados;
- 8.2.14. Manter os pesquisadores informados da possibilidade de fiscalização de campo por técnicos da Antaq a qualquer momento.
- 8.3. Não haverá a possibilidade de o entrevistador deixar questões obrigatórias sem marcação, pois o aplicativo não permitirá que se passe de uma questão para outra sem a marcação da anterior, exceto quando a pergunta não se aplicar àquele determinado entrevistado. Caso o usuário não saiba a resposta ou não queira respondê-la, o entrevistador assinalará a opção NS/NR (Não Sabe/Não Respondeu).
- 8.4. O acesso ao sistema de visualização do banco de dados da CONTRATADA deverá ser franqueado à Antaq, de forma a possibilitar o monitoramento do trabalho de coleta de dados, inclusive com a possibilidade de extração de relatórios e download da base de dados formato .CSV ou .XLS a qualquer instante.
- 8.5. **A realização das entrevistas deve ocorrer a partir do segundo terço da viagem, no caso de o entrevistador estar embarcado, ou, alternativamente, no terminal de desembarque, imediatamente após o término da viagem.**
- 8.5.1. **As entrevistas devem ser distribuídas nos diversos trechos da viagem, buscando repartir a amostra igualmente nos dois sentidos da linha.**
- 8.5.2. **Deverão ser abordados todas as embarcações nos casos em que as empresas de navegação possuírem mais de uma embarcação por linha. A Antaq disponibilizará a listagem das embarcações após a emissão da primeira ordem de serviço, seguindo os quantitativos estabelecidos no ANEXO I.**
- 8.5.3. **Dentro do público-alvo da pesquisa a escolha dos entrevistados deverá ser feita da forma mais diversa possível, buscando selecionar passageiros de diferentes raças, idade e gênero.**
- 8.5.4. **Somente usuários com 16 (dezesseis) anos ou mais poderão responder ao questionário.**
- 8.5.5. **Somente usuários (passageiros) de nacionalidade brasileira poderão responder ao questionário.**
- 8.6. A CONTRATADA deverá indicar como membros da equipe para a execução dos serviços os seguintes profissionais, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO:

I - Coordenador de Estatística (CBO n° 2112-05 - Estatístico): Estatístico(s) com experiência(s) em pesquisa de campo por meio de entrevistas presenciais estruturadas a fim de, supervisionando o andamento do serviço, ser capaz de garantir a qualidade das informações prestadas à Antaq (coleta, digitalização, tabulação, crítica, formatação e disponibilização de bases de dados por meio eletrônico);

II - Supervisor de Campo (CBO n° 4201-20 - Supervisor de entrevistadores e recenseadores): Técnico(s) competente(s) com nível superior completo e experiência comprovada para coordenar a equipe que aplicará o questionário;

III - Tecnólogo em banco de dados (CBO n° 2123-05 - Administrador de banco de dados): Técnico(s) competente(s) com nível superior completo e experiência em desenvolvimento ou adaptação de aplicativos básicos (software) de pesquisas de opinião, conhecimento de segurança da informação, armazenagem e transmissão de dados;

IV - Entrevistador (CBO n° 4241-05 - Entrevistador censitário e de pesquisas amostrais): Agente(s) de coleta, com nível médio completo e experiência com censo ou pesquisas amostrais.

8.6.1. A CONTRATADA será responsável pela análise dos requisitos e do perfil necessários para os pesquisadores de campo. Deverá ser avaliada a competência dos pesquisadores de campo com base em sua qualificação e experiência anterior e/ou uma entrevista de recrutamento, e/ou referências de empregos anteriores.

8.6.2. Todas as informações relevantes relativas aos entrevistadores, obtidas no processo de recrutamento ou mais adiante (p.ex. registros de treinamentos, resultados de avaliação), devem ser documentadas e retidas enquanto o indivíduo estiver trabalhando para a CONTRATADA e durante um ano depois. Ressalta-se, no entanto, que outros requisitos (incluindo requisitos legais) podem exigir que os arquivos dos pesquisadores de campo sejam retidos por um período mais longo.

8.7. A CONTRATADA deverá garantir que tanto os pesquisadores de campo como os demais profissionais tenham acesso ao Plano de Trabalho do projeto e sejam adequadamente instruídos sobre o uso do questionário. O Plano de Trabalho deve incluir, conforme apropriado, as seguintes informações:

- a) As datas das pesquisas de campo;
- b) Os procedimentos com relação à amostra;
- c) As cotas a serem preenchidas;
- d) A metodologia;
- e) Outros requisitos especiais do projeto; e
- f) Instruções/condições para administração do questionário.

8.8. Todos os pesquisadores devem receber treinamento básico, que pode ser ministrado presencialmente ou à distância. O conteúdo e escopo do treinamento devem ser apropriados à natureza do trabalho a ser realizado, no caso, entrevistas face a face. O treinamento básico deve incluir, pelo menos:

- a) Os princípios gerais da pesquisa social, de opinião e de mercado;
- b) Requisitos éticos, incluindo questões de proteção dos entrevistados e dos dados;
- c) Habilidades para realizar entrevistas e outras técnicas relevantes;
- d) Plano de Trabalho e normas de campo; e
- e) Simulações de entrevistas.
- f) Uso do equipamento eletrônico de coleta.

8.8.1. O período previsto para o treinamento básico para todos os entrevistadores é de, no mínimo, 4 (quatro) horas.

8.8.2. O treinamento básico dado aos pesquisadores de campo deve ser documentado, incluindo: registro das principais informações obtidas no processo de recrutamento; datas e locais de treinamento (quando presencial); o conteúdo ministrado; a duração (carga horária); a identidade do instrutor; a relação de participantes (ou lista de presença, no caso das instruções ministradas presencialmente) e o registro das simulações realizadas com os equipamentos de coleta.

8.9. **Após a customização do aplicativo de coleta de informações à necessidade da PSU, a CONTRATADA deverá realizar pesquisa piloto em 01 (uma) linha de navegação a ser indicada pela Antaq, cumprindo ao menos 10% (dez por cento) das entrevistas indicadas no plano amostral para essa linha.**

8.9.1. **A pesquisa piloto será realizada com o intuito de analisar a adequação das questões formuladas no instrumento de pesquisa, assim como dos procedimentos operacionais para coleta dos dados, e propor as alterações técnicas que se fizerem necessárias para garantir resultados mais fidedignos.**

8.9.2. **Durante a pesquisa piloto, a CONTRATADA deverá observar e registrar questões relativas à aceitabilidade da pesquisa, à compreensibilidade das respostas, à coerência dos filtros para as perguntas, à consistência das opções de respostas, ao conteúdo das perguntas, à sequência lógica do questionário, às instruções das perguntas, às dificuldades percebidas por parte dos entrevistados, à duração do tempo de entrevista, a forma de abordagem dos usuários e o local mais indicado para a realização das entrevistas, dentre outros aspectos.**

8.9.3. **A Antaq poderá indicar servidores da Agência para acompanhar em campo a equipe de entrevistadores na fase de pesquisa piloto.**

8.9.4. **A critério da Antaq, as entrevistas realizadas na pesquisa piloto poderão ser aproveitadas para o cumprimento do Plano Amostral.**

8.10. **Poderão ocorrer eventuais ajustes na execução do serviço, sem que isso importe alteração do Contrato ou acréscimo do seu valor, salvo se efetivamente onerar a CONTRATADA.**

8.11. **Caso as Empresas Brasileira de Navegação e suas respectivas embarcações não possam ser encontradas ou tiverem suspenso ou interrompido a prestação de serviço, por qualquer motivo, durante o período em que foi programada a realização das entrevistas no Plano de Trabalho, o fato deverá ser imediatamente comunicado por escrito à GDE (via e-mail [psu@antaq.gov.br](mailto:psu@antaq.gov.br)).**

8.12. **Caso a Antaq confirme a impossibilidade de realização da pesquisa com os usuários do serviço da EBN ou embarcação especificada, poderá redistribuir as entrevistas não realizadas entre os usuários das demais EBNs ou embarcações que operam na mesma linha de navegação.**

8.13. **Se a EBN for a única operadora da linha, será avaliada a possibilidade de transferência das entrevistas não realizadas para outra linha de navegação; não sendo isso possível, as entrevistas serão consideradas como realizadas, não afetando o pagamento da parcela correspondente.**

## 9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 9.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 9.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 9.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 9.6. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
  - 9.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
  - 9.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADAS;
  - 9.6.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores das CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
  - 9.6.4. Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 9.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 9.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 9.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

#### 10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 10.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 10.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 10.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 10.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 10.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 10.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 10.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 10.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 10.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 10.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 10.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

- 10.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 10.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 10.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 10.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 10.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 10.23. Garantir a segurança dos dados pessoais dos usuários entrevistados e o respeito à privacidade deles observando os fundamentos e princípios da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).
- 10.24. Não utilizar os dados coletados para fins distintos daqueles que justificaram sua coleta;
- 10.25. Informar aos usuários, antes do início da entrevista, de que a mesma será gravada para fins de posterior verificação.
- 10.26. Informar aos usuários, antes do início da entrevista, que os dados pessoais não serão divulgados de forma individualizada, mas apenas na composição de índices agregados.

#### 11. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

#### 12. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

#### 13. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 13.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 13.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 13.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.
- 13.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 13.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 13.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 13.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 13.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 13.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 13.13. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.



13.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

#### 14. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

14.1. A execução do objeto será aferida, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

14.2.1. A Antaq inspecionará a qualidade dos dados coletados por meio de amostragem em lotes formados por dados dos registros das entrevistas apresentados. com base nos procedimentos de inspeção por atributos, contidos na norma NBR 5426 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

14.2.2. Os lotes serão formados pela acumulação de registros sucessivos correspondentes ao total de entrevistas previstas por Empresa Brasileira de Navegação, ordenados cronologicamente segundo os momentos de realização das entrevistas.

14.2.3. Os tamanhos das amostras para as inspeções, contendo unidades de registros de entrevistas, serão definidas a critério da Antaq, podendo inclusive conter todos os registros dos lotes, e não precisam ser informados à CONTRATADA.

14.2.4. A Antaq estabelecerá ao seu critério os requisitos das inspeções, que buscarão a detecção de defeitos críticos nos registros de entrevistas e que poderão envolver verificações *in loco*, dos dados e metadados dos registros de entrevistas, incluindo os arquivos dos áudios das entrevistas, bem como contatos diretos com as pessoas indicadas como respondentes nos registros de entrevistas para verificação da veracidade dos dados apresentados pela CONTRATADA.

14.2.5. São defeitos críticos que implicam a não conformidade de um registro de entrevista a inobservância pela CONTRATADA dos dispositivos deste Termo de Referência para a execução das entrevistas e, inclusive, de forma não excludente:

- a) A imputação de dados que não sejam decorrentes das respostas de entrevistados selecionados conforme o plano amostral definido e demais itens pertinentes contidos neste TR;
- b) A imputação de respostas que não sejam decorrentes das perguntas e dos itens dos formulários, aplicados conforme os dispositivos pertinentes do presente TR;
- c) A realização ou registro da realização de entrevista sem a identificação das Empresas Brasileiras de Navegação e respectivas embarcações utilizadas no serviço avaliado durante as entrevistas;
- d) A realização ou registro da realização de entrevista sem a identificação de duração ou cuja duração seja incompatível com a execução adequada dessa;
- e) A realização ou registro da realização de entrevista sem a identificação de data e horário ou em dia ou horário incompatível com o plano de trabalho definido e demais itens pertinentes contidos neste TR;
- f) A realização de entrevista por entrevistador cuja a identificação, qualificação, treinamento ou demais requisitos pertinentes contidos neste TR não estejam atendidos e atestados;
- g) A realização de entrevista em desconformidade ao plano amostral definido neste TR, ou cuja autorização para alteração não foi dada pela Antaq;
- i) Outros defeitos que impliquem insegurança quanto ao uso dos dados do registro de entrevista ou que diminuam substancialmente sua utilidade.

14.2.6. A Antaq rejeitará um lote de registros de entrevistas se for detectado algum registro de entrevista com a presença de defeito crítico dentre os registros contidos no lote.

14.2.7. A rejeição de um lote implica a desconsideração de todos os seus dados de registros de entrevistas, inclusive para a aferição da execução dos produtos indicados no presente Termo de Referência.

14.2.8. A Antaq notificará a CONTRATADA quando da rejeição de lotes de registros de entrevistas.

14.2.9. A critério da Antaq, um lote de registros de entrevistas poderá ser reapresentado, desde que todos os registros que o compõem sejam inspecionados e que sejam substituídas todas as suas unidades com a presença de defeitos críticos por outras sem defeitos e que seja aprovado pela Antaq relatório apresentado pela CONTRATADA contendo as causas dos defeitos críticos detectados e as ações mitigadoras desses.

14.2.10. Além da rejeição do lote de registros de entrevistas e demais medidas decorrentes constantes deste item, a detecção de defeitos críticos em algum registro de entrevista apresentado pela CONTRATADA poderá ensejar a aplicação pela Antaq das penalidades previstas no presente Termo de Referência.

14.2.11. A inspeção de qualidade por amostragem em lotes não substitui outras atividades de medição e fiscalizatórias da Antaq para aferição da fiel execução do objeto pela CONTRATADA previstas neste Termo de Referência.

14.2.12. A eventual aceitação de lotes de registros de entrevistas decorrente dos processos de inspeção por amostragem não implica necessariamente a aceitação desses registros de entrevistas para a medição da execução dos produtos do presente Termo de Referência, podendo a Antaq, a qualquer tempo, rejeitá-los em parte ou totalmente caso sejam identificadas não conformidades quanto à fiel execução do objeto.

14.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 14.3.1. não produziu os resultados acordados;
- 14.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 14.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

#### 15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
- 15.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 15.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 15.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 15.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 15.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto, cabendo à fiscalização não atestar a última medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 15.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 15.3.2. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 15.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 15.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 17.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 15.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 15.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 15.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 15.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.
- 15.5. O recebimento da última etapa da execução equivale ao recebimento do objeto como um todo, e será realizado da seguinte forma:
- 15.5.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
- 15.5.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93;
- 15.5.3. O prazo para recebimento definitivo será de **30 (trinta) dias**.
- 15.5.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento.
- 15.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).
- 15.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 15.8. **A aprovação do Relatório Final dependerá da entrega dos resultados de todas as entrevistas programadas.**
- 15.9. **Todos os documentos, materiais e informações coletadas pela pesquisa ou disponibilizados para a realização são de propriedade da Antaq, sendo vedada qualquer forma de uso, vinculação, divulgação ou cessão dos mesmos, no todo ou em parte pela CONTRATADA.**

## 16. DO PAGAMENTO

- 16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.
- 16.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a Contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
- 16.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de **30 (trinta) dias corridos**, contados do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura.
- 16.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

16.5.1. o prazo de validade;

16.5.2. a data da emissão;

16.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

16.5.4. o período de prestação dos serviços;

16.5.5. o valor a pagar; e

16.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

16.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.8. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

16.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

16.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM =  $I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	( 6 / 100 )	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
		365	

## 17. DO REAJUSTE

17.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

17.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = índice relativo ao mês do reajustamento;

17.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

- 17.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 17.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 17.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 17.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### 18. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 18.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação
- 18.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 18.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- 18.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 18.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 18.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 18.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;
- 18.2.4. e obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 18.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 18.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 18.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 18.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 18.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 18.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 18.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 18.10. Será considerada extinta a garantia:
- 18.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 18.10.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 18.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 18.12. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato

#### 19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- 19.1.1. falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- 19.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 19.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 19.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 19.1.5. cometer fraude fiscal.
- 19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 19.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 19.2.2. Multa de:
- 19.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

- 19.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 19.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 19.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
- 19.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- 19.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 19.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 19.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- 19.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 19.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem 21.2.4 também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
- 19.4. As sanções previstas nos subitens 21.2.2.1, 21.2.2.3, 21.2.2.4 e 21.2.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 19.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2.

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Garantir a segurança dos dados pessoais dos usuários entrevistados e o respeito à privacidade deles observando os fundamentos e princípios da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).	05
7	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia.	01
8	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
9	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
10	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
11	Indicar e manter durante a execução do contrato os supervisores e pesquisadores de campo previstos no edital/contrato;	01
12	Providenciar treinamento para os entrevistadores conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

- 19.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 19.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 19.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 19.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 19.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 19.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

- 19.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **30 (trinta)** dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 19.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 19.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 19.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 19.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 19.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 19.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 20. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 20.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 20.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 20.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 20.3.1. Registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional, **Conselho Federal de Estatística - CONFE**, em plena validade;
- 20.3.2. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 20.3.2.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas: **capacidade técnica de realizar entrevistas presenciais (face a face) com auxílio de equipamentos eletrônicos de coleta (tablets, smartphones ou similares) e aplicativo (software) com customização do formulário, incluindo sistema de localização do pesquisador por meio de coordenadas geográficas (GPS com erro máximo de 50 (cinquenta) metros) e gravação da entrevista e transmissão automática dos dados coletados ao final de cada entrevista, ou em lote ao final do dia.**
- 20.3.2.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- 20.3.2.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.
- 20.3.2.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 20.3.2.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017
- 20.4. O critério de aceitabilidade de preços será:
- 20.4.1. Valor Global **R\$ 431.694,12 (quatrocentos e trinta e um mil, seiscentos e noventa e quatro reais e doze centavos).**
- 20.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.
- 20.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

## 21. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

- 21.1. O valor de referência para a contratação será de **R\$ 431.694,12 (quatrocentos e trinta e um mil, seiscentos e noventa e quatro reais e doze centavos)** para a realização de todas as entrevistas conforme descrito no **ANEXO I**.

## 22. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 22.1. A previsão orçamentária para a contratação está no Plano de Contratações Anual - PCA/Antaq de 2022.

José Gonçalves Moreira Neto  
Gerente de Desenvolvimento e Estudos

Brasília, 25 de Outubro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Jose Gonçalves Moreira Neto, Gerente de Desenvolvimento e Estudos**, em 25/10/2022, às 13:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.antaq.gov.br/>, informando o código verificador **1753987** e o código CRC **F55D71AD**.

---

Referência: Processo nº 50300.005021/2022-29

SEI nº 1753987